

Nome: _____

Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá
Editais – 002/2023



01 – ANALISTA JURÍDICO
PROVA 02

PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 4h.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixar de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

01- ANALISTA JURÍDICO – PROVA 02

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto

A Guiné Equatorial confirmou o seu primeiro surto de febre hemorrágica de Marburg, doença causada pelo vírus de Marburg. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), até aquela data foram contabilizadas nove mortes mais 16 casos suspeitos com sintomas como febre, fadiga e vômito com sangue e diarreia.

Autoridades de saúde do país enviaram amostras ao laboratório de referência do Instituto Pasteur no Senegal, com ajuda da OMS, para determinar a origem do surto. Das oito amostras testadas, uma deu positivo para o vírus.

Segundo a OMS, há várias investigações em andamento. Existem equipes nos distritos afetados para rastrear contatos, isolar e fornecer assistência médica às pessoas que apresentam sintomas da doença. A organização, em colaboração com forças nacionais da Guiné Equatorial, também colocou esforços para montar rapidamente uma resposta de emergência e controle do surto.

A doença causada pelo vírus de Marburg é rara, porém mortal. Ela tem taxa de letalidade de até 88%, mas com os cuidados adequados ao paciente, pode cair para até 24%. Em comparação, a taxa do Sars-CoV-2, o vírus da Covid-19, chegou a 14% no auge da pandemia. A do vírus do Ebola, que já variou de 25% a 90%, hoje tem média de 50%.

Isso torna o vírus de Marburg um dos mais letais do mundo. Capaz de atingir humanos e outros primatas, ele pertence à família Filoviridae, a mesma do vírus do Ebola – e causa sintomas similares: a doença começa abruptamente, com febre alta, dor de cabeça e mal-estar intensos. Dentro de sete dias, muitos pacientes já desenvolvem sintomas hemorrágicos graves.

O vírus é altamente infeccioso, e pode ser transmitido às pessoas por morcegos que se alimentam de frutas, ou se espalhar entre os humanos por meio do contato direto com fluidos corporais, superfícies e materiais infectados.

O intervalo da infecção até o início dos sintomas, chamado de período de incubação, varia de 2 a 21 dias. Além dos sintomas já citados, dores musculares também são uma característica comum. Diarreia intensa, dor abdominal e cólicas, náuseas e vômitos podem começar no terceiro dia.

Muitos pacientes desenvolvem quadros hemorrágicos graves entre o quinto e o sétimo dia – casos fatais costumam apresentar sangramento generalizado. O sangue fresco no vômito e nas fezes costuma ser acompanhado de sangramento nasal, gengival e vaginal.

Em casos fatais, a morte ocorre mais frequentemente entre 8 e 9 dias após o início dos sintomas, geralmente precedida por intensa perda de sangue.

O nome Marburg é em referência à cidade em que foi identificado um dos primeiros surtos da doença. Em 1967, grandes surtos simultâneos atingiram três cidade: Belgrado (Sérvia), Frankfurt (Alemanha) e, a pouco menos de 100 quilômetros ao norte dali, a também alemã Marburg.

O problema começou quando trabalhadores de laboratório foram expostos a macacos infectados trazidos de Uganda. Os pesquisadores passaram a doença para médicos e familiares, resultando em 31 pessoas infectadas e sete mortes.

Apesar do início na Europa, a maioria dos casos ao longo dos anos se restringiu à África. Há relatos de surtos e casos esporádicos em Angola, República Democrática do Congo, Quênia, África do Sul e em Uganda – neste último, em 2008, houve registro de dois casos independentes de viajantes que visitaram uma caverna habitada por colônias de morcegos.

O mais indicado é tomar cuidado com áreas de morcegos frugívoros. Durante pesquisas ou visitas turísticas em minas ou cavernas habitadas por morcegos do tipo, as pessoas devem usar luvas e outras roupas de proteção adequadas. Detalhe: a espécie de morcego atribuída à propagação do vírus, a *Rousettus aegyptiacus*, só é encontrada na África e em algumas partes da Ásia.

Outra medida importante é reduzir o risco de transmissão entre pessoas via fluidos corporais. É melhor evitar contato físico próximo com pacientes suspeitos, e luvas e equipamentos de proteção individual devem ser usados ao cuidar de doentes em casa. Além de, é claro, sempre lavar as mãos.

É pouco provável que o surto da Guiné Equatorial se torne uma pandemia tão disseminada quanto a da Covid-19. Os sintomas do vírus de Malburg aparecem em poucos dias e, rapidamente, levam o paciente a um quadro grave (e um possível óbito). Dessa forma, não dá tempo para que ele se espalhe e infecte muitas pessoas, como fez o Sars-CoV-2 (e como faz o vírus da gripe, que tem uma taxa de letalidade baixa e se dissemina rapidinho).

Mesmo assim, é bom ficar alerta – afinal, viajantes podem levar o vírus para outros países – e acompanhar a resposta à doença, que, até agora, tem sido positiva.

“Graças à ação rápida e decisiva das autoridades da Guiné Equatorial na confirmação da doença, a resposta de emergência pôde atingir todo o vapor rapidamente para salvarmos vidas e determos o vírus o mais rápido possível”, afirma o Dr. Matshidiso Moeti, diretor regional da OMS na África.

CAPARROZ, Leo. O que é o Vírus de Marburg que teve surto confirmado pela OMS. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/o-que-e-o-virus-de-marburg-que-teve-surto-confirmado-pela-oms/>>. Último acesso em 18 fev. 2023. (Adaptado)

Questão 01

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE o gênero textual a que pertence o texto acima.

- a) Artigo de divulgação científica.
- b) Artigo de opinião.
- c) Anúncio.
- d) Ofício.

Questão 02

A palavra ‘surto’ pode ser empregada não somente como substantivo, referente à doença local que se dissemina rapidamente, mas também como verbo no presente do indicativo na primeira pessoa do singular do verbo ‘surtar’.

A esse fenômeno linguístico dá-se o nome de:

- a) Paronímia.
- b) Sinonímia.
- c) Polissemia.
- d) Homonímia.

Questão 03

Assinale a alternativa que apresenta palavras com diferentes maneiras de se grafar o mesmo fonema.

- a) ‘vírus’, ‘Ásia’, ‘registro’.
- b) ‘Alemanha’, ‘problema’, ‘Equatorial’.
- c) ‘taxa’, ‘faixa’, ‘texto’.
- d) ‘expostos’, ‘proteção’, ‘sintomas’.

Questão 04

Assinale a alternativa em que a grafia de todas as palavras do comentário sobre o texto está CORRETA:

- a) O autor destaca a importância das medidas de prevenção para evitar a propagação da doença, incluindo evitar o contato com morcegos frugívoros e pacientes infectados, usar equipamentos de proteção individual e lavar as mãos regularmente. É improvável que o surto de Marburg se torne uma pandemia tão disseminada quanto a COVID-19, mas enfatiza a necessidade de vigilância e ação rápida para controlar a doença.
- b) Foram descritos o vírus de Marburg, seus sintomas, transmissão e letalidade, bem como a relevância das medidas de prevenção e controle do surto. Adicionalmente, foi mencionado que, embora a doença seja grave, é improvável que o surto alcance níveis de pandemia semelhantes aos da Covid-19.
- c) O patógeno é altamente contagioso e pode ser transmitido aos seres humanos por meio da ingestão de frutas por morcegos infectados ou pelo contato direto com fluidos corporais, superfícies e objetos contaminados. O período de latência, que é o intervalo entre a infecção e o início dos sintomas, pode variar de 2 a 21 dias.
- d) O microorganismo é altamente contagioso e pode ser disseminado aos indivíduos por meio de quirópteros que se alimentam de frutas, ou se propagar entre as pessoas através do contato direto com fluidos corporais, superfícies e objetos contaminados.

Questão 05

Em “a espécie de morcego atribuída à propagação do vírus, a *Rousettus aegyptiacus*, só é encontrada na África e em algumas partes da Ásia”, o termo grifado na oração exerce a seguinte função sintática:

- a) Complemento nominal.
- b) Sujeito.
- c) Objeto indireto.
- d) Adjunto adverbial.

Questão 06

Das seguintes orações: “Segundo a OMS, há várias investigações em andamento”, “Existem equipes nos distritos afetados” e “O vírus é altamente infeccioso”, o sujeito se classifica, respectivamente, como:

- a) Simples, inexistente, simples.
- b) Inexistente, simples, simples.
- c) Composto, composto, oculto.
- d) Inexistente, composto, simples.

Questão 07

Assinale a alternativa em que o termo destacado funciona sintaticamente como predicativo do sujeito.

- a) “O problema começou quando trabalhadores de laboratório foram expostos a macacos infectados trazidos de Uganda”.
- b) “Mesmo assim, é bom ficar alerta”.
- c) “O nome Marburg é em referência à cidade em que foi identificado um dos primeiros surtos da doença”.
- d) “A doença causada pelo vírus de Marburg é rara”.

Questão 08

No período “É pouco provável que o surto da Guiné Equatorial se torne uma pandemia tão disseminada quanto a da Covid-19”, a oração em destaque é:

- a) Subordinada substantiva predicativa.
- b) Subordinada adjetiva restritiva.
- c) Subordinada substantiva subjetiva.
- d) Subordinada adverbial comparativa.

Questão 09

Assinale a alternativa que reescreve CORRETAMENTE sem prejuízo semântico o seguinte trecho: “a doença começa abruptamente, com febre alta, dor de cabeça e mal-estar intensos”.

- a) A doença surge repentinamente, com febre alta, forte dor de cabeça e mal-estar.
- b) Com febre alta, intensa dor de cabeça e mal-estar, a doença surge lentamente.
- c) O adoecimento inicia de forma inesperada com febre, dor de cabeça e mal-estar.
- d) De repente, a doença começa com febre, dor de cabeça e mal-estar moderado.

Questão 10

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o uso da crase.

- a) O governo chegou à comprar centenas de milhares de vacinas.
- b) É uma enfermidade igual à outra.
- c) Os pesquisadores chegaram à uma conclusão.
- d) A pesquisa à que o cientista se referiu é semelhante ao estudo da Covid-19.

Questão 11

Assinale a alternativa que NÃO está conforme os dizeres de nossa Constituição Federal de 1988 acerca da administração pública.

- a) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- c) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Questão 12

Quanto aos ditames de nossa Constituição Federal de 1988 sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A proibição de acumular cargos abrange as subsidiárias das sociedades de economia mista.
- b) A proibição de acumular cargos não se estende a empregos e funções.

- c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
- d) Não se admite a acumulação de um cargo de professor com outro técnico.

Questão 13

Conforme o texto da Lei n.º 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo, improrrogável, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- b) As sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não poderão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, aplica-se na ação de improbidade administrativa.
- d) A sanção de suspensão de direitos políticos observará o limite máximo de 20 (vinte) anos.

Questão 14

No que tange ao disposto em nossa vigente Constituição Federal acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- b) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- c) É assegurado o direito de greve, competindo ao Poder Público decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- d) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

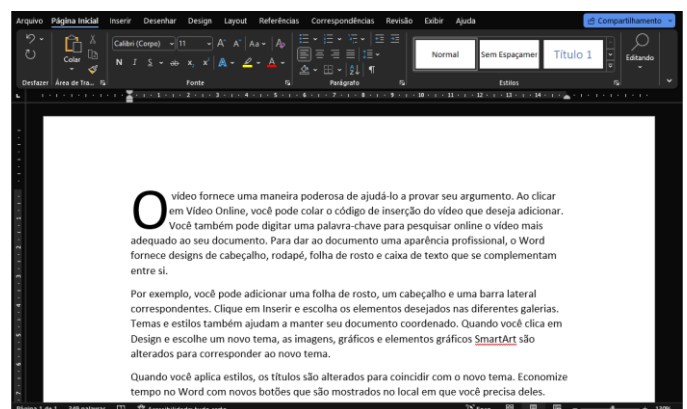
Questão 15

Conforme o texto de nossa Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos:

- a) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
- b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Os nascidos no exterior de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição estrangeira competente.
- d) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, mas optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Questão 16

Nos ambientes organizacionais é comum o emprego de ferramentas de produtividade, como o Microsoft Word, a partir da oferta de diversos recursos que possibilitam a construção de documentos profissionais eficientemente. Considere um usuário que está trabalhando em um documento numa versão recente do Microsoft Word em Português e deseja aplicar o seguinte efeito na letra “O” no início do parágrafo, conforme a ilustração a seguir:



Assinale a alternativa que descreve o nome deste recurso disponível na aba “Inserir” do Microsoft Word.

- a) Letra Capitular.
- b) Meus Suplementos.
- c) Referência Cruzada.
- d) Partes Rápidas.

Questão 17

Nos dias atuais, navegadores como Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox possuem papel crítico no dia a dia dos usuários da Internet, pois são aplicativos que carregam e exibem as diversas páginas da Internet. Uma funcionalidade interessante desses navegadores é a criação de novas abas, visando abrir novas páginas em uma única janela do navegador. Assinale a alternativa que indica qual dos atalhos abaixo permite ao usuário, no Edge, Chrome e Firefox, criar uma nova aba em uma janela do navegador.

- a) Ctrl + N
- b) Ctrl + T
- c) Ctrl + W
- d) Ctrl + Shift + N

Questão 18

Nos ambientes organizacionais é comum o emprego de ferramentas de produtividade, como o Microsoft Word, a partir da oferta de diversos recursos que possibilitam a construção de documentos profissionais eficientemente. Considere um usuário que está trabalhando em um documento no Microsoft Word em Português e decide inserir os números das linhas no documento, reiniciando essa numeração a cada nova página. Neste contexto, assinale a alternativa que descreve o nome da aba/guia do Microsoft Word que possui o recurso descrito.

- a) Exibir.
- b) Inserir.
- c) Design.
- d) Layout.

Questão 19

Um prédio de 30 metros de altura é iluminado por um poste de luz que está a 30 metros de distância da base do prédio. Assinale a alternativa que indica qual é o ângulo de elevação da luz em relação ao topo do prédio.

- a) 45 graus.
- b) 52 graus.
- c) 30 graus.
- d) 48,6 graus.

Questão 20

Assinale a alternativa que indica o comprimento da hipotenusa, em um triângulo retângulo, em que a

tangente de um dos ângulos é 1,05 e a soma dos comprimentos dos catetos é 41.

- a) 27.
- b) 28.
- c) 29.
- d) 30.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

São considerados bens públicos os que pertencem às pessoas jurídicas de direito público, os integrantes da administração direta e indireta e os que, embora não pertencentes a essas pessoas, estejam afetados à prestação de serviços públicos. Assine, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA.

- a) Os bens de uso especial são os destinados ao uso indistinto de todos e podem assumir um caráter gratuito ou oneroso na direta dependência das leis estabelecidas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, como rios, ares, estradas, ruas e praças.
- b) Os bens dominicais são os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, como os terrenos de marinha e as terras devolutas.
- c) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial estão sujeitos a usucapião.
- d) Os bens de uso comum do povo são aqueles afetados a um determinado serviço ou a um estabelecimento público, como as repartições públicas, os teatros e os museus.

Questão 22

Celso Antônio Bandeira de Mello (in Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 16), conceitua ato administrativo como a “declaração do Estado, ou de quem lhe faça às vezes, no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgãos jurisdicionais”.

A respeito dos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa que apresenta a definição CORRETA.

- a) A presunção de legitimidade implica que o ato administrativo tem presunção absoluta, inadmitindo-se prova em contrário.
- b) A imperatividade significa que a administração pública poderá impor aos administrados, de forma unilateral, o cumprimento do ato administrativo, em vista dos interesses que representa.
- c) A tipicidade significa que a administração pública poderá, sozinha, executar os atos dela emanados, independentemente de autorização do Poder Judiciário.
- d) A exigibilidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

Questão 23

Licitação é procedimento administrativo, através do qual o Poder Público seleciona proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade nos exatos termos previstos em instrumento editalício. Além de assegurar tratamento isonômico entre os participantes, a licitação tem por objetivo promover o desenvolvimento nacional sustentável. É CORRETO afirmar que não se subordinam ao regime legal do procedimento licitatório:

- a) Contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- b) Compra por encomenda.
- c) Contratos que tenham por objeto, operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- d) Alienação e concessão de direito real de uso de bens.

Questão 24

Os atos praticados nos processos licitatórios são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, podendo disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

- a) O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- d) Parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, de agente público que desempenhe função na licitação, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Questão 25

O poder de polícia – ou limitação administrativa – forma, com os serviços públicos e as atividades de fomento, a tríplice função da Administração Pública moderna. Por ele, a Administração pode limitar a liberdade e a propriedade individual para a preservação dos interesses da coletividade. A respeito do poder de polícia, é CORRETO afirmar que:

- a) O poder de polícia não vincula o próprio Estado, mas apenas os particulares.
- b) O poder de polícia é delegável a particulares.
- c) Em todo e qualquer ato que envolva o poder de polícia há discricionariedade.
- d) Estende-se à generalidade dos indivíduos, não se restringindo a limitar particularmente ninguém.

Questão 26

Dentre as modalidades de intervenção estatal na propriedade privada, estão a servidão administrativa e o tombamento. Doutrina majoritária, na esteira do pensamento de Celso Antônio Bandeira de Mello, firma entendimento de que o tombamento é um tipo específico de servidão, cuja finalidade é a preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico, artístico, turístico ou paisagístico. Para a doutrina minoritária, a exemplo de José Cretella Júnior, a natureza jurídica do tombamento é de

limitação administrativa, consistindo em instrumento de intervenção restritiva do Estado na propriedade privada. A respeito do tombamento, a partir dos balizamentos legais, é CORRETO afirmar que:

- a) São susceptíveis de tombamento as obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país.
- b) São espécies de tombamento o voluntário e o compulsório, podendo, ambos, serem considerados provisórios ou definitivos, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.
- c) Na hipótese de ampliação de um imóvel tombado, poderá o proprietário solicitar posterior autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico para realizar reparos de natureza estética.
- d) Podem ser tombados bens, exclusivamente os bens pertencentes às pessoas físicas.

Questão 27

Públio Severo, fazendeiro, teve que ceder parte de sua propriedade ao Estado, para a passagem de fios elétricos de alta tensão e a instalação de duas torres de transmissão. Assinale a alternativa que define CORRETAMENTE esta forma de intervenção estatal:

- a) Tombamento.
- b) Servidão administrativa.
- c) Requisição.
- d) Ocupação provisória.

Questão 28

Nos termos do art. 5º, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. A respeito dos direitos e deveres fundamentais individuais e coletivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Uma pessoa recolhida em estabelecimento prisional, em cumprimento de pena de reclusão judicialmente imposta, tem direito a receber assistência espiritual, conforme sua prática religiosa, caso deseje.

- b) É livre a locomoção em território nacional, a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) A reunião de um grupo de jovens, na praça pública, para dialogar sobre o próximo passeio que farão, somente poderá ser realizada mediante autorização do poder público.
- d) A lei penal não retroagirá, nem mesmo para beneficiar o réu.

Questão 29

O direito à vida, nos termos constitucionais, é inviolável, de modo que, no Brasil:

- a) Não haverá pena de morte em hipótese alguma.
- b) Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.
- c) Lei complementar poderá instituir pena de morte.
- d) Lei ordinária poderá instituir pena de morte.

Questão 30

A respeito da nacionalidade brasileira, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que apresentar a definição CORRETA.

- a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- b) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa, apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- c) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- d) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Questão 31

O habeas corpus, o habeas data, o mandado de segurança, a ação popular e o mandado de injunção denominam-se “remédios constitucionais” postos à disposição dos cidadãos para provocar a intervenção da autoridade estatal, com o fito de impedir ilegalidades ou abuso de poder que prejudiquem

direitos e interesses individuais. A respeito do habeas corpus denegado em única instância por tribunal superior, é CORRETO afirmar ser competente, em recurso ordinário:

- a) O Supremo Tribunal Federal.
- b) O Conselho Nacional de Justiça.
- c) O Congresso Nacional.
- d) O Superior Tribunal de Justiça.

Questão 32

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e que detém competência exclusiva para, EXCETO:

- a) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- b) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- c) Fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- d) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Questão 33

O Presidente da República será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, quando admitida acusação contra ele, por dois terços da Câmara dos Deputados. Dentre as alternativas abaixo, assinale o ato que configura crime de responsabilidade do Presidente da República.

- a) Ato que atente contra a segurança interna do País.
- b) Emitir opiniões privadas sobre assuntos ligados ao cargo.
- c) Apresentar em público comportamento indecoroso com relação ao cargo que ocupa.
- d) Ausentar-se do país por período inferior a dez dias sem licença do Congresso Nacional.

Questão 34

O Prof. Manoel Gomes Ferreira Filho (in Curso de direito constitucional. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 182), afirma que o Poder Legislativo é o principal poder dentro da sistemática da “separação

de poderes, uma vez que, além de ser o que mais representa o poder soberano, é também o que estabelece a lei que a todos obriga. A Câmara de Deputados e Senado Federal compõem, no formato bicameral, o Congresso Nacional, dispondo cada casa de atribuições específicas. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta a alternativa CORRETA.

- a) É competência privativa do Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- b) Editar medidas provisórias.
- c) Ao Senado Federal, compete, privativamente, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- d) A Câmara dos Deputados detém competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do Banco Central.

Questão 35

Os principais efeitos da lei somente se exteriorizam a partir da vigência, ocasião em que surgem a obrigatoriedade de sua observância e aplicabilidade aos fatos posteriores a ela. A publicação da lei, enquanto ato que visa dar conhecimento à sociedade de sua existência, é condição de eficácia e vigência da norma. Dito isto, julgue as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I- O art. 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ao regulamentar que “não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue”, normatiza o princípio da obrigatoriedade, segundo o qual a lei, em regra, tem eficácia contínua, a partir de sua vigência, até que outra a modifique ou a revogue.
- II- O art. 3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ao regulamentar que “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”, normatiza o princípio da continuidade, haja vista a possibilidade de sanção, pois não há efetividade sem continuidade.
- III- O art. 6º, da LINDB, ao regulamentar que “a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados

o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”, normatiza o princípio da irretroatividade, segundo o qual a lei, em regra, é para vincular fatos jurídicos posteriores à sua vigência, por ser um princípio de segurança jurídica.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) São corretas as assertivas I e II.
- b) É correta apenas a assertiva I.
- c) É correta apenas a assertiva III.
- d) São corretas as assertivas I e III.

Questão 36

A hermenêutica é a ciência da interpretação, que se municia de diversas técnicas ou métodos. O método hermenêutico que visa identificar a intencionalidade objetiva do legislador por meio da conexão da norma com os demais elementos do sistema e ordenamento jurídico é definição para o método de interpretação:

- a) Gramatical.
- b) Histórico.
- c) Sistemático.
- d) Teleológico.

Questão 37

Considerando o que se dispõe no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA quanto à capacidade civil.

- a) Os pródigos são considerados plenamente capazes.
- b) Quem não consegue exprimir sua vontade é considerado absolutamente incapaz.
- c) A incapacidade cessa, para os menores, na hipótese de exercício de emprego público efetivo.
- d) A colação de grau em curso de ensino superior torna o menor capaz relativamente a certos atos da vida civil ou à maneira de os exercer.

Questão 38

Um empréstimo foi contraído por três pessoas, estabelecendo-se contratualmente a responsabilidade solidária frente ao pagamento do débito, que não foi adimplido. A respeito da responsabilidade solidária ou solidariedade passiva no âmbito do direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O credor poderá exigir de um ou mais devedores solidários, o pagamento parcial ou total da dívida.

- b) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns devedores.
- c) Somente o devedor, em face do qual foi ajuizada ação, responde pelos juros de mora, continuando os demais devedores responsáveis apenas pela obrigação principal.
- d) Se o credor renunciar à responsabilidade em favor de um, restarão exonerados todos os demais devedores.

Questão 39

No que tange à responsabilidade civil, analise as assertivas abaixo e, na sequência, assinale a alternativa CORRETA.

- I- É isento de responsabilidade, o proprietário ou condutor do veículo que, em decorrência de um engavetamento de veículos e por força de colisão prévia a que não deu causa, avariou outro veículo.
- II- Um acidente provocado por falha mecânica em ônibus, segundo conclusões da perícia, consistiu na falta de freios e ocasionou danos a terceiros, caso em que se configura caso fortuito interno, a isentar de responsabilidade a empresa de ônibus.
- III- A locatária de veículos e o locador respondem solidariamente por danos provocados a terceiros, no uso do veículo locado.

São CORRETAS as seguintes assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III.

Questão 40

Nos termos do art. 1.228, do Código Civil Brasileiro, o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. A respeito do direito de propriedade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade ilimitadas, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade, mesmo que não lhe traga prejuízo algum.

- b) A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- c) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante cinco anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- d) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde a árvore estiver plantada, se este for de propriedade particular.

Questão 41

O Código Civil Brasileiro regulamenta que o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Dentre as alternativas abaixo, que tratam do domicílio da pessoa natural, é correto afirmar, EXCETO:

- a) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- b) Quanto às relações concernentes à profissão, é também domicílio da pessoa natural o lugar onde ela é exercida.
- c) Considera-se não ter domicílio a pessoa natural que não tenha residência habitual.
- d) Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

Questão 42

Dentre os princípios que regem o direito tributário, o da anterioridade, que implica na vedação à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal de cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 150, III, alínea “b”. Configura exceção ao princípio da anterioridade:

- a) Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- b) Impostos sobre o patrimônio e a renda, cujas alterações legais definem novas hipóteses de incidência.
- c) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
- d) Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

Questão 43

“Obrigação é uma relação jurídica, de caráter transitório, estabelecida entre devedor e credor e cujo objeto consiste numa prestação pessoal econômica, positiva ou negativa, devida pelo primeiro ao segundo, garantindo-lhe o adimplemento através do seu patrimônio”, segundo definição de Washington de Barros Monteiro (in Curso de Direito Civil: direito das obrigações. Parte I. V. 4. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003). A relação jurídico-tributária é eminentemente obrigacional, vez que configura no polo ativo (ou credor) um ente político ou outro ente a quem tenha disso delegada a capacidade ativa e, no polo passivo, um particular obrigado ao cumprimento da obrigação. Sobre a obrigação tributária é CORRETO afirmar:

- a) O registro contábil e da venda de mercadoria é uma obrigação tributária e não o fato gerador do tributo.
- b) O sujeito passivo da obrigação tributária principal denomina-se responsável, ou seja, quando, tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- c) A obrigação tributária principal nasce com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações positivas ou negativas no interesse da fiscalização tributária.
- d) O não pagamento do tributo gera a obrigação tributária.

Questão 44

Uma vez notificado o sujeito passivo, o lançamento somente poderá ser alterado por meio de:

- a) Impugnação do sujeito passivo.
- b) Embargos do lançamento.
- c) Parcelamento.
- d) Pagamento.

Questão 45

São hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, EXCETO:

- a) A moratória.
- b) O parcelamento.
- c) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- d) O pagamento.

Questão 46

Nos termos constitucionais (art. 5º, LXIX, da Constituição da República Federativa do Brasil),

“conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. A respeito do mandado de segurança, é CORRETO afirmar que:

- a) É possível impetrar mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive habeas corpus.
- c) Poderão impetrar mandado de segurança coletivo os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, as organizações sindicais, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano.
- d) É cabível, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes.

Questão 47

O contribuinte e o Fisco podem igualmente valer-se do processo judicial tributário para, por um lado, garantir que a lei seja observada pelo Fisco, promovendo-se a segurança nas lides envolvendo a relação jurídico-tributária, e, por outro, assegurar o pagamento do tributo, em sede de execução fiscal. Sobre o processo judicial tributário é CORRETO afirmar:

- a) Incidem juros sobre a restituição do tributo a partir da prolação da sentença que a julgou procedente.
- b) A propositura de ação judicial é hipótese ensejadora da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- c) Extingue o crédito tributário a decisão judicial transitada em julgado.
- d) Poderá interpor ação de consignação em pagamento o contribuinte a quem foi exigido, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributos sobre fatos geradores distintos.

Questão 48

Os Direitos Humanos dizem respeito à gama de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana e visam a limitação da atuação estatal e a garantia das

condições existenciais do ser humano. A doutrina, inspirada nas ideias do jurista tcheco, naturalizado francês, Karel Vasak, os classifica em gerações, ou dimensões, de direitos. A respeito desta questão, julgue as assertivas abaixo e, na sequência, responda ao que se pede:

- I- Os Direitos Humanos de Primeira Geração fundamentam-se na ideia de *liberté* (liberdade), compreendem os direitos civis e políticos, tendo como marcos jurídicos a Magna Carta, de 1215, a Constituição Americana, de 1787, e a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
- II- Os Direitos Humanos de Segunda Geração fundamentam-se na ideia de *fraternité* (fraternidade), compreendem os direitos difusos, da humanidade e dos povos, e tem como marco jurídico a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 1948.
- III- Os Direitos Humanos de Terceira Geração fundamentam-se na ideia de *égalité* (igualdade), compreendem os direitos sociais, culturais e econômicos e tem como marcos jurídicos a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição Alemã de 1919.
- IV- Os Direitos Humanos de Quarta Geração voltam-se para os direitos de preservação do ser humano, limitando a engenharia genética e protegendo-o contra a globalização desenfreada.
- V- Os Direitos Humanos de Quinta Geração implicam o direito à paz permanente entre os povos.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) As assertivas I, II e III são incorretas.
- b) As assertivas I, III e IV são corretas.
- c) As assertivas II e III são incorretas.
- d) As assertivas I e V são corretas.

Questão 49

Segundo José Afonso da Silva (in Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 183), os direitos humanos fundamentais são “situações jurídicas, objetivas e subjetivas, definidas no direito positivo, em prol da dignidade, igualdade e liberdade da pessoa humana”. O ordenamento jurídico brasileiro elenca, no art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, um rol meramente exemplificativo, vez que não se excluem outros direitos e garantias expressos na

própria Constituição, nas normas infraconstitucionais e, também, nos tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte. Neste sentido, é correto afirmar, EXCETO:

- a) O direito à vida é o mais importante de todos, uma vez que dele decorrem todos os outros direitos fundamentais e alcança o direito de permanecer vivo e o direito a uma vida digna (subsistência).
- b) Os direitos fundamentais são garantidos apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados, e aos estrangeiros residentes no País.
- c) O direito à igualdade, lastreado no princípio da isonomia, tem tríplice finalidade, qual seja limitar o legislador, limitar a autoridade pública e limitar o particular.
- d) O direito à propriedade abrange todo direito de conteúdo econômico ou particular, que deve estar ligado a uma função social, razão pela qual a propriedade não pode sofrer intervenção, limitação ou embaraço que não seja em consequência de um devido processo legal.

Questão 50

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, avalie como verdadeiras ou falsas as assertivas abaixo e, na sequência, assinale a sequência CORRETA.

- () Pessoas transgêneras têm o direito subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, independentemente de procedimento cirúrgico de redesignação.
- () O estabelecimento de grupos de risco para fins de doação de sangue incorre em discriminação e viola a dignidade humana e o direito à igualdade, pois lança mão de uma interpretação consequencialista desmedida que concebe especialmente que pessoas homossexuais ou bissexuais são, apenas em razão da orientação sexual que vivenciam, possíveis vetores de transmissão de variadas enfermidades.
- () O ensino sobre gênero e orientação sexual nas escolas é vedado no Brasil, tendo em vista a doutrina da proteção integral às crianças, adolescentes e jovens.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) F-V-V.
- b) F-F-V.
- c) V-V-F.
- d) V-F-V.

QUESTÃO DISSERTATIVA

Questão 01

A queijaria X, produtora de queijos artesanais, utiliza cloreto de cálcio em solução aquosa, com a finalidade de promover o reequilíbrio deste mineral no leite, que sofre perda de cálcio ao ser pasteurizado, e formar uma coalhada ou coágulo de boa firmeza e, por conseguinte, bons queijos. Para fornecer o cloreto de cálcio, a queijaria X celebrou contrato de um ano com a empresa Y, estabelecendo que o produto deveria ser adequado à produção de queijos, mas sem especificar o percentual da solução, sabendo-se que melhor será a coagulação quanto maior a proporção de cálcio na solução, observado o limite máximo de 40%*m/m*. Ocorre que a empresa Y, logo na primeira entrega, apresentou cloreto de cálcio com 10%*m/m*. A queijaria X enviou notificação extrajudicial à empresa Y, urgindo o cumprimento do contrato, ao que recebeu contranotificação com os esclarecimentos de que, no contrato celebrado com a queijaria X, não se estabelecia percentual. Foi ajuizada ação pela queijaria X, com pedido de antecipação de tutela, para que a empresa Y lhe fornecesse cloreto de cálcio 40%*m/m*. O juiz, após a contestação, e tendo sido comprovada a eficácia de um produto intermediário (25%*m/m*), deferiu a tutela provisória, determinando que este fosse fornecido pela empresa Y à queijaria X. As partes interpuseram agravo de instrumento, pleiteando a ré a revogação da liminar e, a autora, a sua reforma, com a determinação de fornecimento de cloreto de cálcio 40%*m/m*.

Considerando o caso hipotético acima, e com base nas disposições do direito material das obrigações, discorra sobre a decisão que deverá ser tomada, abordando os seguintes aspectos:

1. A adequação do agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que concede tutela provisória;
2. Quem será competente para julgar os agravos;
3. Qual decisão deverá ser tomada, considerando-se o direito material das obrigações.

QUESTÃO 01

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	